

INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO DE TECNOLOGIAS E ABORDAGENS PARA POPULARIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO

INNOVATION IN EDUCATION: EXPLORATORY STUDY OF TECHNOLOGIES AND APPROACHES TO POPULARIZE ACCESS TO EDUCATION

Dr. Alex Paubel Junger – Universidade Federal do ABC / Universidade Cruzeiro do Sul / Universidade Termomecnica

E-mail: alexpaubel@hotmail.com

Dr. Luiz Henrique Amaral – Universidade Cruzeiro do Sul

E-mail: luiz.amaral@cruzeirodosul.edu.br

Dr. Júlio Francisco Blumetti Facó – Universidade Federal do ABC

E-mail: Julio.faco@ufabc.edu.br

Bacharel. Diego Zuculin da Fonseca – Noc Educação

E-mail: zuculin@noceducacao.com

Dr. José Ferreira de Souza – Universidade Cruzeiro do Sul

E-mail: jose.ferreira@cruzeirodosul.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo o estudo da inovação na educação no Brasil e no mundo, através de iniciativas que favoreçam o acesso da população ao ensino superior preparando melhor os jovens no ensino de base. Foi abordada como metodologia, a importância de se conhecer a história da educação de nosso país e suas etapas evolutivas até os dias de hoje em comparação com outros países, trazendo à tona também o papel das novas tecnologias, dos Planos Nacionais da Educação, das políticas públicas, dos sistemas de gestão inovadores e de outros eixos, projetos e ações inovadoras que auxiliem na

diminuição dos índices de desigualdades educacionais entre ricos e pobres, com o intuito de se analisar de que forma todas essas políticas e ferramentas poderosas podem ou poderão

contribuir para que, na prática, o avanço social através do desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação, seja uma realidade próxima no Brasil e em outros países do terceiro mundo, ainda carentes de estrutura político-social que possibilite o mutualismo entre qualidade e acesso. Estes e outros resultados serão explorados a fundo neste texto, que busca contribuir de forma efetiva para o entendimento geral de que a educação de ponta e seu acesso igualitário é a principal arma para que tenhamos, como resultado, no Brasil, um futuro próspero, onde as oportunidades estejam ao alcance de todas as mãos, as mesmas mãos que ajudarão a escrever as próximas páginas de nossa história.

Palavras-chave: Educação; Inovação; Tecnologia; Acesso; Inclusão; Políticas Públicas.

Abstract

This work focuses on the study of innovation in education in Brazil and in the world, through initiatives that favor the population's access to higher education by better preparing young people in basic education. The importance of knowing the history of our country's education and its evolutionary stages up to the present day in comparison with other countries will be discussed, bringing to the fore also the role of new technologies, National Education Plans, public policies, Innovative and innovative management systems, projects and actions that help reduce the educational inequalities between rich and poor, in order to analyze how all these powerful policies and tools can or can contribute to Practice, social progress through the development and improvement of education, is a close reality in Brazil and other third world countries, still lacking in the political-social structure that allows the mutualism between quality and access. These and other issues will be explored in depth in this text, which seeks to contribute effectively to the general understanding that cutting-edge education and its equal access are the main weapon for us to have a prosperous future in Brazil, where opportunities are at the reach of all hands, the same hands that will help to write the next pages of our history.

Keywords: Education; Innovation; Technology; Access; Inclusion; Public Policies.

Introdução

Em um país onde diversos problemas de ordem estrutural e política, tais como a desinformação, a criminalidade e a concentração de renda, entre outros, ainda atravancam o desenvolvimento pleno de ordem econômica e social da nação, nada mais importante do que falarmos em educação, e, mais precisamente, na educação de base.

A educação básica, ou seja, o ensino infantil, o ensino fundamental e o médio, são os grandes responsáveis por prepararem o terreno e principalmente despertarem o interesse do estudante para que, após esse período, já mais maduro, ele esteja apto a adentrar no ensino superior e terminar de desenvolver todas as capacidades que foi capaz de começar a absorver em seus primeiros anos escolares. Por isso, esse período educacional deve ser plenamente acessível e dotado de tal qualidade que permita ao estudante uma verdadeira imersão no ambiente escolar, proporcionando ao mesmo a visão da importância que o estudo tem no seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, e o quanto isso é capaz de influenciar positivamente seu meio social, através de sua família, seu bairro, cidade e até seu país.

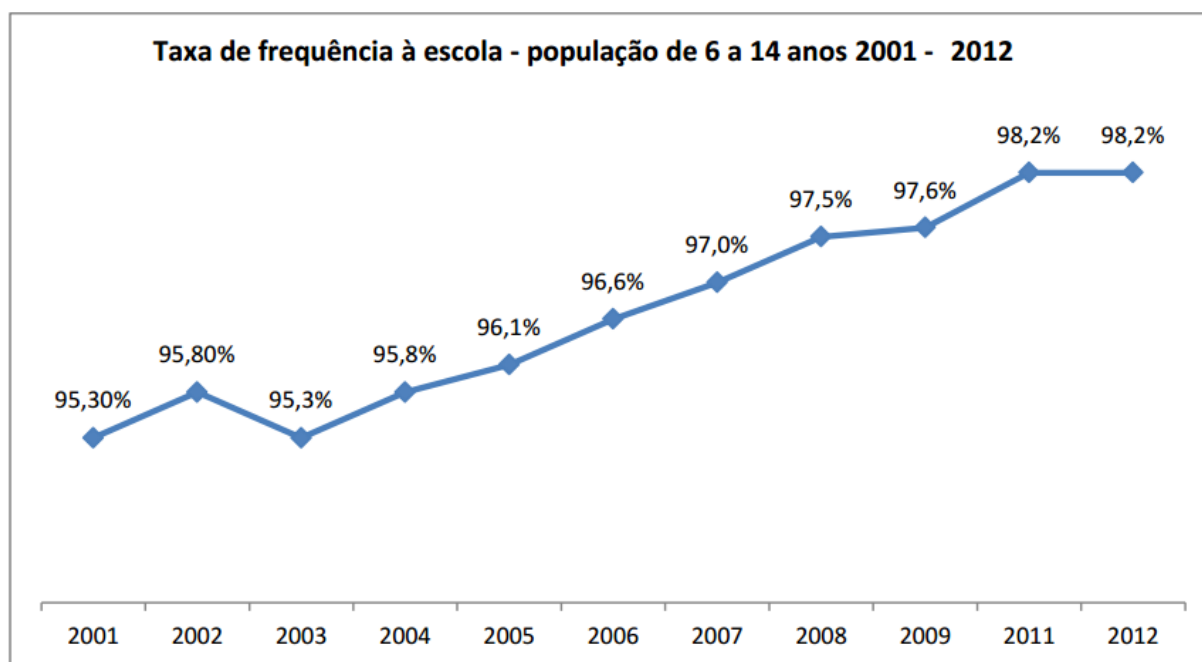


Figura 1 - Taxa de frequência escolar 2012 - 6 a 14 anos
(Fonte: MEC - Relatório Educação Para Todos No Brasil 2000 – 2015)

Os dados de 2012 presentes no gráfico da figura 1 sobre a taxa de escolarização mostram que, 98,2% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam a escola, mesmo percentual observado em 2011. Para os jovens de 15 a 17 anos, essa taxa foi de 84,2%, superior à de 2011 (83,7%). Na faixa de 18 a 24 anos, o percentual estava em 29,4%, o que mostra que, apesar da grande maioria das crianças brasileiras frequentarem a escola desde os 6 anos de idade, a medida em que crescem, os jovens tendem a abandonar os estudos principalmente após o ensino médio (MEC, 2015).

O último levantamento do Censo Escolar 2012 mostra que nos 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estavam matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas, ou seja, a grande maioria da população do país depende das instituições públicas de ensino para concluírem seus estudos na educação básica e ingressarem no ensino superior, apesar do baixo índice de 29,4% para escolarização da faixa de 18 a 24 anos, idade em que geralmente o jovem deixa o ensino médio e deveria ingressar na universidade (MEC, 2014)

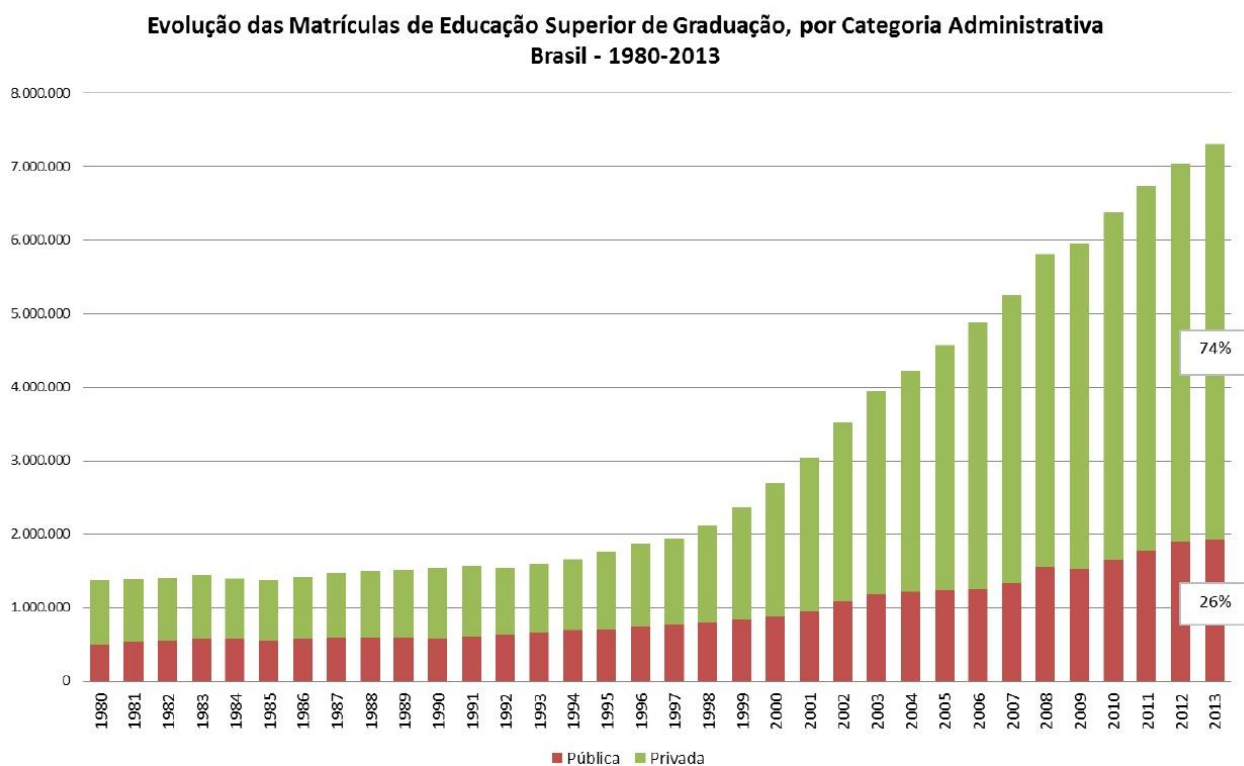


Figura 2 - Comparação Matrículas Ensino Superior Público X Privado
(Fonte: IBGE. Censo da Educação Superior 2013)

A figura 2 mostra a relação entre as porcentagens de ingresso no ensino superior público comparado ao privado no Brasil nas últimas décadas. Nota-se que apesar de 83,5% dos jovens matriculados no ensino básico no país frequentarem a escola pública, 74% dos que ingressam no superior vão direto para as universidades privadas (IBGE, 2015).

Diversas iniciativas dos governos, iniciativas empresariais e de organizações não governamentais (ONGs) vem trazendo à tona estes problemas e procurando soluções, inovando na área da educação, melhorando o acesso ao ensino básico de qualidade e acelerando assim, o desenvolvimento de nosso país.

Através da observação atenta dos dados presentes na Tabela 1, é possível perceber a grande diferença nas estatísticas educacionais quando comparados os índices de escolaridade entre os cinco quintis nos quais se divide a renda dos brasileiros, onde o primeiro quintil representa a população mais pobre e o quinto a população mais rica.

Tabela 1 - Percentual de jovens entre 18 e 24 anos segundo renda familiar e o acesso à educação – 2009

Nível de escolaridade	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Total
Não completou Ensino Fundamental (freq ou não freq)	44%	26%	15%	7%	3%	21%
Não conclui o ensino médio (freq ou não freq)	33%	34%	29%	21%	12%	27%
Completo ensino médio	21%	33%	42%	43%	26%	33%
Teve acesso ao ensino superior	3%	7%	14%	29%	60%	19%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(Fonte: **Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Equidade e Desigualdade Social**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) ^[11])

Enquanto a porcentagem de pessoas que não completaram o ensino médio para o primeiro quintil da população em 2009 foi de 44%, a mesma porcentagem diminui para 3% no quintil de mais alta renda.

Os dados são ainda mais explícitos quando comparadas as porcentagens entre o acesso ao ensino superior entre as classes sociais, onde a diferença chegou a 57% entre os mais ricos e mais pobres, no mesmo ano de 2009, sendo de 3% para o primeiro e de 60% para quinto quintil.

Essa simples análise permite o entendimento da relação diretamente proporcional existente entre escolaridade e nível de renda no Brasil.

Tabela 2- Dados Sobre o Ensino Superior no Brasil – IBGE 2012

Percentual de pessoas que frequentam ou já concluíram a Educação Superior por renda, cor/raça, sexo e região, segundo faixas etárias - Brasil 2011

Faixa etária (em anos)	Total	Renda*		Cor/raça					Sexo		Região				
		1º quintil	5º quintil	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Masculino	Feminino	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
18 a 24	17,8	5,1	43,9	26,0	9,0	11,1	33,7	9,6	14,8	20,8	12,1	12,0	20,3	22,5	24,1
25 a 34	18,2	2,7	49,0	26,1	10,4	11,2	33,7	12,5	15,5	20,7	13,8	12,0	21,1	21,3	23,1
35 a 44	14,0	2,0	40,2	19,3	8,7	8,9	27,7	10,2	12,1	15,7	11,6	9,6	16,2	15,2	16,7
45 a 54	12,4	1,8	32,6	17,0	7,3	7,3	34,1	9,1	10,8	13,8	9,2	8,8	14,5	12,1	15,4
55 a 64	9,7	1,0	27,6	14,1	4,1	4,5	30,2	7,4	9,7	9,7	6,1	6,6	11,8	9,2	11,0
65 e mais	5,4	0,8	18,6	7,9	1,0	2,4	8,6	1,0	6,4	4,6	2,7	3,0	7,2	5,2	5,4

Fonte: IBGE. Censo da Educação Superior 2013)

A Tabela 2 também traz dados importantes a respeito das parcelas da população que já haviam concluído ou que estavam cursando o ensino superior no Brasil em 2012, mostrando que a população autodeclarada preta ou parda fica para trás em aproximadamente em 17% da população branca na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Dito isto, este artigo tem como objetivo o estudo exploratório de tecnologias e abordagens que permitam cada vez mais a popularização do acesso à educação de base de qualidade, universal e gratuita e ao ensino superior para o brasileiro de baixa renda e a ainda a melhoria desses dados para todas as camadas sociais da população, fato que auxilia na diminuição da grande diferença entre os níveis de escolaridade existente para os diferentes níveis da população e que, portanto, auxilia o desenvolvimento social de nossa nação.

Da análise dos gráficos das figuras 1 e 2 é possível perceber que a renda *per capita* do brasileiro aumentou juntamente com a taxa de frequência escolar no ensino de base.

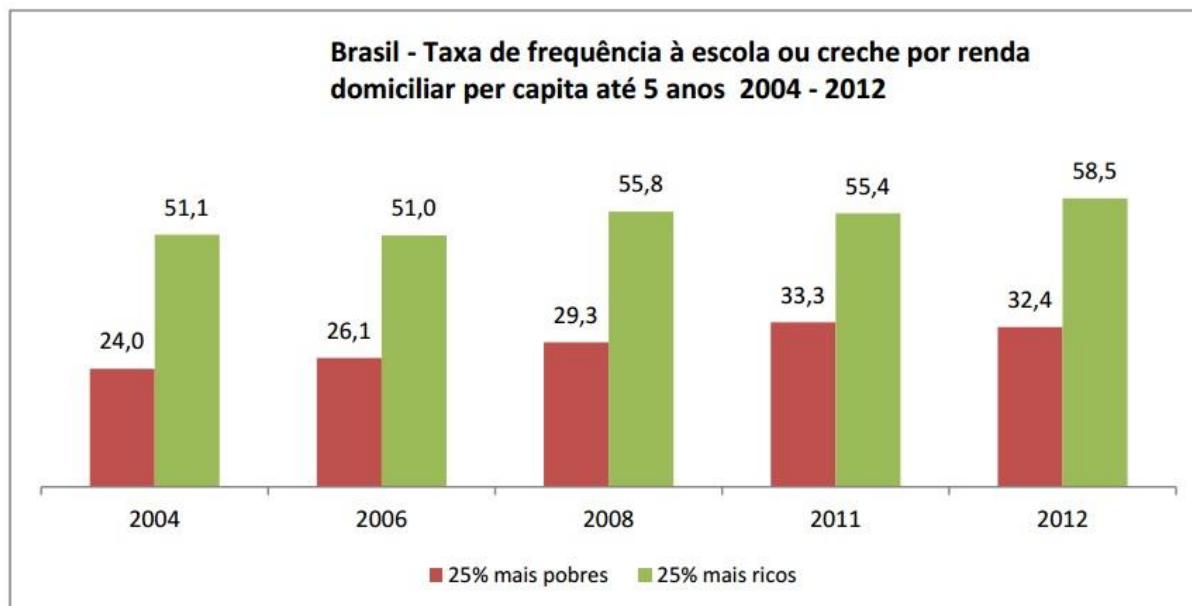


Figura 3 - Brasil - Taxa de Frequência à escola ou creche por renda domiciliar per capita
 Fonte: Ministério da Educação. Relatório Educação Para Todos No Brasil 2000 – 2015

Os gráficos mostram que, enquanto entre 2004 e 2012 a frequência escolar aumentou em 8,4% para os 25% mais pobres, a renda *per capita* anual cresceu em mais de 65% de 2008 a 2014, como pode ser observado no gráfico da figura 4. Para os 25% mais ricos a taxa de frequência aumentou 7,4% (IBGE, 2015)

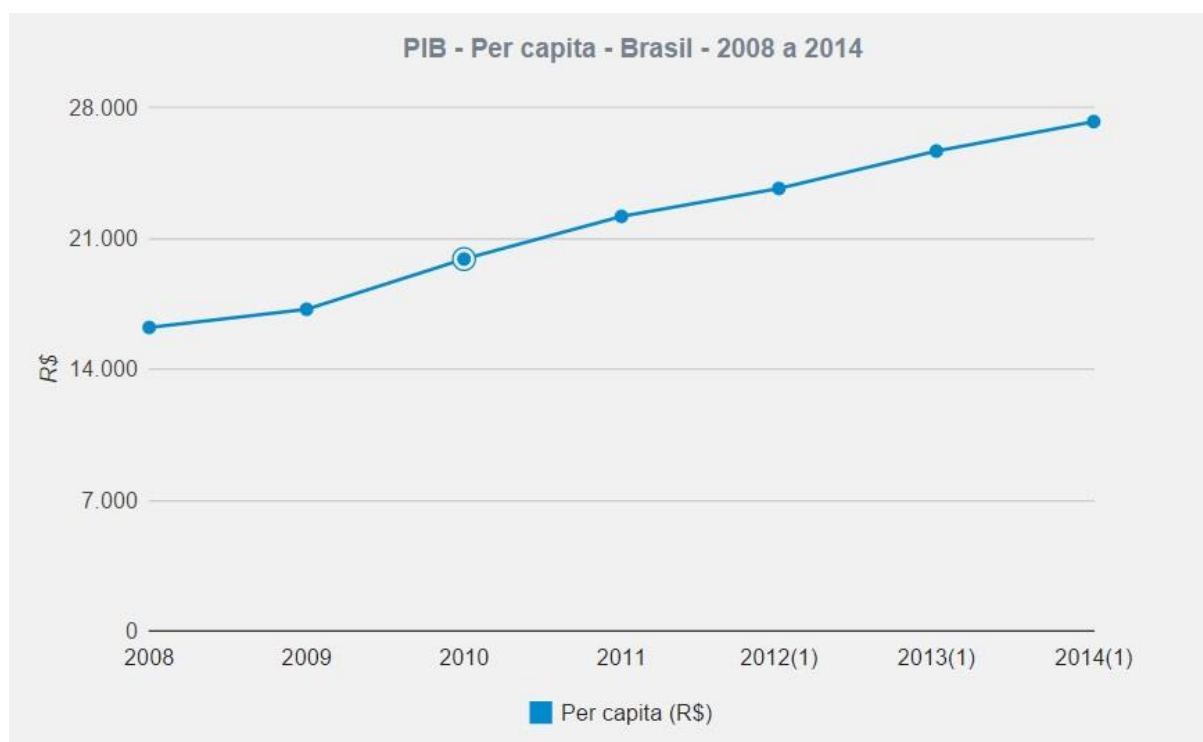


Figura 4 - PIB Per capita Brasil 2008 – 2014
(Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Contas Nacionais, 2015)

Esses dados nos levam a perceber que os níveis de escolaridade e a renda da população tem uma relação diretamente proporcional, mostrando que o brasileiro que estuda mais, recebe mais, auxiliando na diminuição das desigualdades sociais e, portanto, no desenvolvimento do país. No entanto, nota-se que ainda o acesso da população mais carente fica muito aquém da mais rica.

No Brasil, em 2012, apenas 15,2% Dos brasileiros possuíam acesso ao ensino superior ^[14], enquanto que em outros países do mundo onde a educação é mais robusta e desenvolvida, esse índice consegue chegar a quase 70% no Coréia e quase 60% no Japão (IBGE, 2014), como observado no gráfico da figura 5.

Apesar desse índice desfavorável, algumas iniciativas inovadoras ao longo dos últimos anos têm auxiliado o aumento do acesso ao ensino superior através de melhorias na preparação dos jovens no ensino de base.

As olimpíadas de matemáticas estaduais e nacionais, que oferecem bolsas de estudo em colégios renomados aos alunos melhores colocados das escolas públicas, preparando-os para enfrentar melhor os vestibulares que dão acesso às melhores universidades do país, as iniciativas como a da Noc Educação®, com os projetos “Adote um Aluno” e o “Universidade Cidadã” onde pessoas físicas ou jurídicas custeiam cursos preparatórios para alunos de baixa renda também para auxiliá-los em relação à preparação para os vestibulares, a Geekie®, que através de seu sistema inovador de avaliação on-line pontua as principais dificuldades do aluno e o direciona mais ao estudo de uma determinada matéria em detrimento de outra aumentando o desempenho de alunos e de escolas inteiras, entre outros projetos e iniciativas como as das ONG’s Projeto Âncora e a Casa do Zezinho, que também buscam a melhora da educação em todo o país através da tecnologia e da inovação.

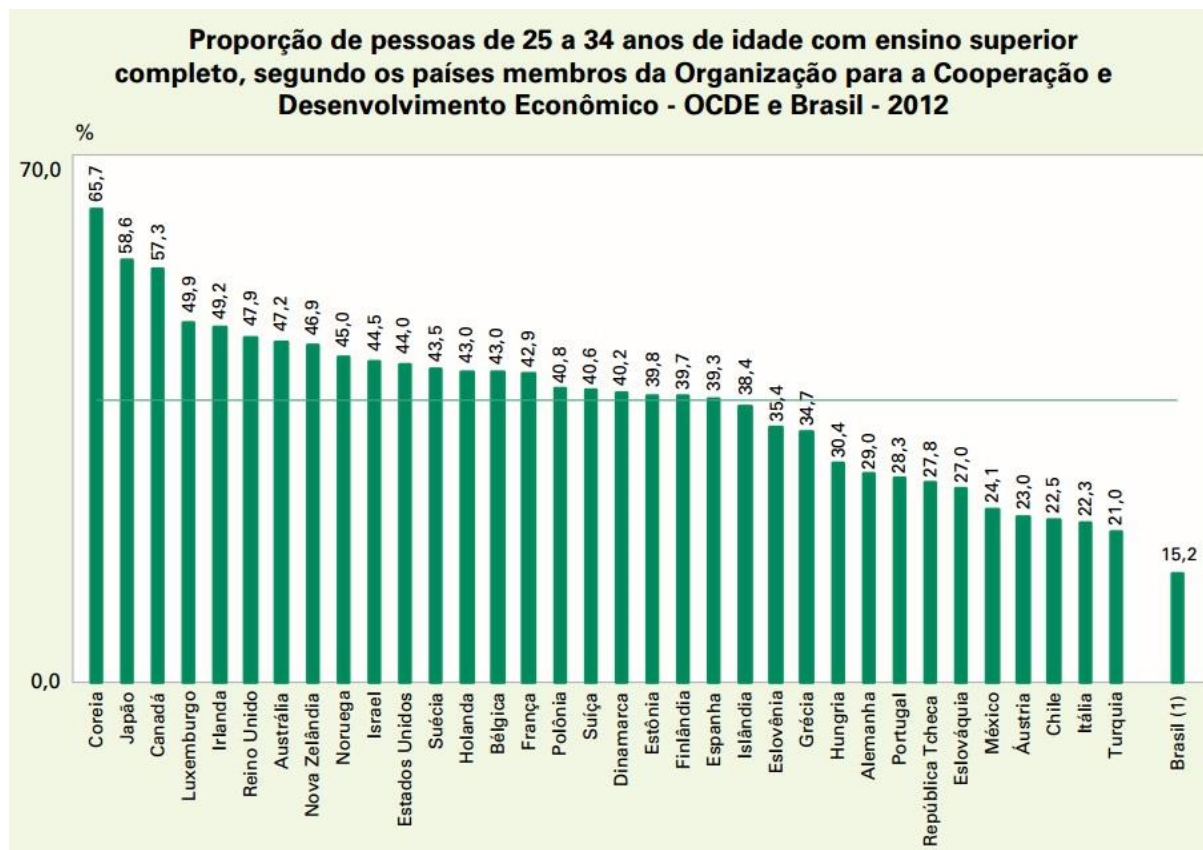


Figura 5 - Comparação acesso ao Ensino Superior Brasil X Mundo

(Fonte: Education at a glance 2014: OECD indicators ; (1) IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Síntese de Indicadores Sociais 2014)

Este trabalho busca o estudo aprofundado dessas e de outras iniciativas inovadoras para que a expansão e a popularização das mesmas através de empresas, ONGs e também por parte do governo passem a auxiliar de maneira efetiva e não apenas pontual nos índices de escolarização básica e principalmente no acesso às universidades, aonde apenas aproximadamente 15% da população coloca os pés, democratizando o ensino, aumentando as oportunidades de competição e, dessa maneira, melhorando a vida de milhares e milhares de pessoas que poderão contribuir de maneira mais segura para um Brasil melhor para todos.

O presente trabalho será baseado em uma pesquisa exploratória e explicativa, pois visa tornar explícito o problema do acesso ao ensino superior no Brasil e o aprimoramento de ideias a respeito das iniciativas inovadoras na educação à medida em que explica o porquê de os índices educacionais do país estarem onde estão por meio dos dados levantados. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, pois se valeu de diversos dados de materiais que não receberam ainda um tratamento

analítico, e que serão moldados de acordo com o que o autor deseja explicitar. Serão utilizados dados do governo como os Censos Educacionais do IBGE entre outros.

O propósito básico desta pesquisa foi *Ex-Post Facto*, pois buscará verificar a existência de relações entre as variáveis que descrevem o avanço dos índices educacionais, índices sociais e ações inovadoras na educação (GIL, 2002).

Em síntese, através das metodologias citadas, este trabalho estudou formas de popularização do acesso ao ensino superior de qualidade explorando iniciativas inovadoras que ajudem a melhorar o ensino de base no Brasil com o auxílio de referenciais bibliográficos obtidos em livros e na internet.

Relato Circunstanciado

História da Educação no Brasil: Segunda metade do século XX, até os dias de hoje

Após a 2ª Guerra Mundial o Brasil passou por um período de redemocratização com a deposição do governo Vargas e o advento da Guerra Fria que opunha as forças capitalistas, lideradas pelos EUA às forças socialistas, lideradas pela então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Neste contexto, embora existisse a apologia à democracia e à liberdade, os limites da educação eram baseados no anticomunismo.

Entre o suicídio de Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek as portas para o capital estrangeiro foram abertas no Brasil através da portaria 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), que inundou o país de capital estrangeiro (o que gerou mais para frente grandes problemas com relação à dívida externa brasileira) acelerando o processo de produção de equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos químicos promovendo a modernização da produção da área rural do país, favorecendo a migração para os centros urbanos, porém sem a devida preparação de infraestrutura destes locais para receber uma grande quantidade de migrantes, até a população urbana ultrapassar a rural em número na década de 1960. Todo esse desenvolvimento urbano e industrial acelerado provocou um alto nível de desigualdades sociais, abrindo caminho para os movimentos de luta por reformas de base. O Governo João Goulart, ao tentar conciliar o modelo desenvolvimentista com a nova orientação econômica a favor das mudanças de base, com o intuito de diminuir

as diferenças sociais, acabou sendo deposto por um Golpe Militar em 1964, com o apoio das elites e do governo dos Estados Unidos.

A Ditadura Militar, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, caracterizou-se por uma forte repressão na área da educação. Diversos intelectuais, políticos e artistas foram obrigados a deixar o país como exilados políticos por defenderem ideias contrárias aos ditames dos homens fardados. Houve, portanto, um grande freio nos ideais da Escola Nova e das novas políticas educacionais transformadoras que vinham ganhando força desde a década de 1930, além de graves retrocessos como os A.Is (Atos Institucionais), medidas autoritárias que podavam qualquer tipo de organização e discussão política na sociedade civil. Centenas de pessoas simplesmente sumiram ou foram presas durante a ditadura por não concordarem com o regime, sendo relatados casos gravíssimos de tortura e violação dos direitos humanos.

A abertura total à empréstimos e investimentos do capital exterior, mais particularmente dos Estados Unidos, agravou ainda mais as diferenças sociais entre ricos e pobres no país, uma vez que favoreceu a concentração de renda.

Acordos como o MEC-USAID (Ministérios da Educação e Cultura – United States Agency for International Development), deram carta branca para o governo norte americano deitar e rolar no sistema educacional brasileiro, em todos os níveis do ensino, atuando no treinamento de professores e técnicos, controlando publicações acadêmicas, reestruturando a sua maneira a administração das escolas, tornando toda nossa estrutura educacional uma simples marionete barata dos interesses do Tio Sam, uma verdadeira sangria nos pequenos direitos e avanços educacionais até então conquistados no Brasil. Esses acordos levaram por água abaixo os novos movimentos de alfabetização baseados no método crítico desenvolvido por Paulo Freire, que tratava a educação como “prática de liberdade” e previsto no Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que aliás foi extinto pelo decreto 53.886 de 1964. Para substituir o PNA, os militares criaram a Cruzada ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã) e, posteriormente o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), instrumentos para controlar politicamente as massas. Essa investida mostra a importância que as nações capitalistas mais desenvolvidas naquela época atribuíam ao controle educação dos países periféricos como forma de fortalecimento de ideologias no contexto de forte dualidade da Guerra Fria, baseados na Teoria do Capital Humano, que estabelecia uma relação direta entre educação e sistema produtivo, transformando as instituições

de ensino em escolas-empresas com o simples intuito de apenas produzir mão de obra e consumidores, em detrimento de seres pensantes.

Em resumo, o período da Ditadura Militar caracterizou-se por uma débil formação escolar e enfraquecimento do ensino superior público e crítico, grande abertura para a iniciativa privada, alta repressão do sistema educacional procurando pelo medo obter o consenso com o regime.

Apesar do fim da Ditadura Militar em 1984, o Brasil, até o início do século XXI, passou por um grave período de alinhamento Neoliberal, que defendia a livre circulação de capital sem regulamentação, sem políticas sociais, sem sistemas públicos de educação, saúde e previdência social, e enxugamento de direitos trabalhistas.

Com a Constituição de 1988, apesar dos avanços que continha por conta da força política dos anos de 1980, grande liberdade ao capital foi concedida, pois não garantiu exclusividade para setor público no uso dos fundos públicos para a educação, aumentando seu campo de ação para todas as esferas do ensino e sua onda privatizante que se iniciou com força nos anos da ditadura. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20/12/1996, foi elaborada durante oito anos, mas foi aprovada de forma minimalista e enxuta, deixando espaços importantes para serem preenchidos posteriormente por medidas complementares, uma tendência legislativa do país nos anos de 1990. A Reforma do Estado, levada a cabo por Fernando Henrique Cardoso durante seus mandatos, também nesta década, seguiu a onda neoliberal de adaptação do Brasil aos ditames do grande capital financeiro, sempre reforçando a ideologia do público não-estatal (usa o dinheiro público, mas é privado), na tentativa de fortalecer a ideia de que tudo o que é público é ruim, ineficiente incapaz de oferecer solução, e, em contra partida, tudo o que é oriundo do setor privado é moderno e eficaz, como solução para os problemas educacionais brasileiros, aumentando ainda mais a onda privatista destes anos, baseando as reformas educacionais em ações do Banco Mundial, FMI e da UNESCO. Lalo Watanabe Minto destaca:

“Sinteticamente, as principais diretrizes disseminadas por tais organismos são: 1) focalização do gasto público no ensino básico, com ênfase no ensino fundamental; 2) descentralização do ensino fundamental, o que vem sendo operacionalizado através do processo de municipalização do ensino; 3) estímulo à privatização dos serviços educacionais e à criação de verdadeiras indústrias em torno das atividades educacionais; 4) ajuste da

legislação educacional no sentido da desregulamentação dos métodos de gestão e das instituições educacionais, garantido ao governo central maior controle e poder de intervenção sobre os níveis de ensino (através dos sistemas nacionais de avaliação e fixação de parâmetros curriculares nacionais, por exemplo), mas sem que ele mesmo participe diretamente da execução dos serviços.”

Ainda Watanabe, especificamente sobre o ensino superior, relata:

“No ensino superior, a privatização é um processo ainda mais explícito e perverso, que durante muito tempo revestiu-se de um caráter velado, em grande parte apoiado na baixa abrangência de nosso ensino superior, o que vem servindo de pretexto para a ampliação do setor privado como pressuposto de uma pretensa democratização das oportunidades de ensino. De um modo geral, a necessidade de transformar o ensino superior em atividade apta a ser capturada pelo capital, fez com que as grandes políticas para esse nível de ensino tivessem como sentido fundamental a quebra de todos os obstáculos que dificultavam a sua organização como atividade rentável. A principal delas envolve a quebra do chamado “modelo único” de ensino, a saber, aquele que se pauta pela indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Daí, por exemplo, as políticas de diversificação e diferenciação institucional.”

Em síntese, a tendência mais significativa do período pós-ditadura é o reforço da privatização total do ensino e a destruição ideológica e efetiva da educação mantida pelo estado, na conjuntura de um movimento histórico que relega a educação ao campo das atividades mercantis, mantidas pela lógica do capital em detrimento da aceitação da educação como parte integrante dos direitos sociais, construídos historicamente.

A Partir dos primeiros anos do século XXI, o Brasil inicia uma grande força tarefa de tentativa de ampliação e fortalecimento do ensino superior público, além de iniciativas importantes no combate à fome e à miséria no país através do governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva. O MEC (Ministério da Educação e Cultura) por exemplo, teve seu orçamento aumentado em 205,7% em 10 anos indo de R\$ 33,3 bilhões em 2003 para R\$ 101,86 bilhões em 2013, favorecendo a criação de universidades federais e a ampliação das vagas no ensino superior público e privado com auxílio de programas como o SISU, PRONATEC, PROUNI e FIES. O REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que é uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e que possibilitou o programa de expansão das universidades e das vagas por todo o Brasil através dos programas citados (MEC, 2016).

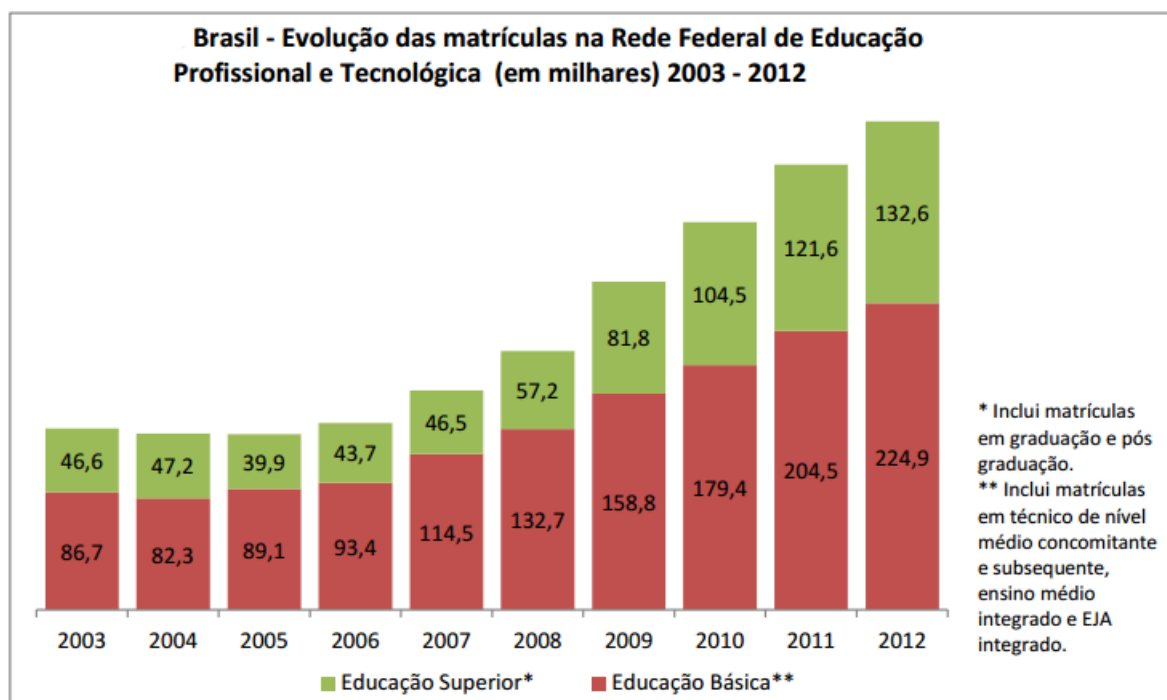


Figura 6 - Evolução do número de vagas no ensino superior de 2003 a 2012
(Fonte: IBGE. Censo da Educação Superior 2013)

O gráfico presente na figura 6, demonstra um aumento de 284,55% no número de vagas na rede federal de educação profissional e tecnológica e um aumento de 259,40% para o ensino básico, dados importantíssimos para corroborarem com as metas do REUNI e de outros programas de expansão do ensino.

Apesar deste esforço para ampliar o acesso ao ensino superior, faltam ainda no Brasil programas que tragam a qualidade do ensino fundamental e médio particular para o setor público.

Políticas públicas para educação no Brasil e no mundo

Quase 70% da população adulta entre 25 e 34 anos concluiu o ensino superior na Coreia do Sul. No Canadá esse número é de 57,3%. No Brasil, a porcentagem é de apenas 15,2%, como pode ser conferido no gráfico da figura 5.

O que estes países fizeram para atingir níveis tão altos de acesso ao ensino superior?

Neste item serão discutidas as políticas públicas mais importantes que alguns países do mundo que são referência em educação adotaram para a melhora de seus

índices educacionais. Importante ressaltar, que os casos de sucesso em educação de outros países devem ser levados em conta, mas que se deve ter muito cuidado na comparação, pois não existem fórmulas prontas para se aplicar e mudar a educação em um toque de magia. É preciso levar em consideração as diferentes variáveis complexas que formam uma nação como raízes histórico-sociais, número de habitantes, área do território e outros fatores políticos, econômicos e culturais. Os casos de sucesso servem de base para estudo de iniciativas que podem ser modificadas e ajustadas a realidade de cada nação. Uma política pública pode demorar décadas para fazer o efeito esperado, e há que se levar em conta a corriqueira descontinuidade das políticas aplicadas nas mudanças de governo no Brasil.

Políticas Públicas de Sucesso para a Educação no Mundo

A Finlândia:

Há cerca de quinze anos, com os primeiros resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), em 2001, a Finlândia tem ganhado destaque no cenário internacional em relação às políticas educacionais comparadas, por conta de seu alto desempenho no exame, obtendo sistematicamente as primeiras posições até 2012, data dos últimos dados disponíveis. Os resultados mostram que, dentre os países participantes, a Finlândia é quem possui o menor índice de diferenciação entre as escolas, indicando um alto nível de equidade e homogeneidade no sistema educacional, além de uma significativa porcentagem de seus estudantes estarem situados no nível mais alto de proficiência no exame. O país investe em educação cerca de 6% do PIB (OECD, 2016).

O PISA, é um programa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujos países participantes representam cerca de 90% da renda mundial, que busca, através de uma abordagem pedagógica diferenciada, mais curricular do que conteudista, monitorar o desempenho do sistema escolar dos países participantes, utilizando sempre uma amostra representativa de estudantes de quinze anos de idade com pelo menos seis anos de escolaridade completos. O exame, aplicado a cada três anos, abrange a leitura, a matemática e as ciências e busca privilegiar conhecimentos e habilidades indispensáveis para a participação efetiva na vida moderna. Dessa forma, o PISA é principalmente utilizado

para a comparação sistemática e rigorosa entre os sistemas educacionais e suas efetividades em diversas regiões do mundo, permitindo um importante intercâmbio de informações (BRITO, 2013).

Além do exame propriamente dito, os estudantes são submetidos a questionários socioeconômicos e os diretores das instituições de ensino são inquiridos sobre as características e condições de ensino principais em seus estabelecimentos, permitindo assim, um cruzamento entre diversas variáveis que afetam o desempenho acadêmico, gerando um material que pode ser utilizado para o estudo, desenvolvimento e aplicação de iniciativas que auxiliem os sistemas educacionais de países em desenvolvimento.

No site oficial do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira) é possível obter acesso a diversos documentos com estudos da OCDE sobre os resultados dos últimos exames do PISA traduzidos para o português. Acesse <http://portal.inep.gov.br/pisa-em-foco> e confira. Os dados originais do último PISA de 2012 encontram-se disponíveis para consulta e download no site da OCDE: <http://www.oecd.org/pisa/data/>. O gráfico da figura abaixo foi montado a partir destes dados, escolhendo 22 dentre 46 países presente no relatório.

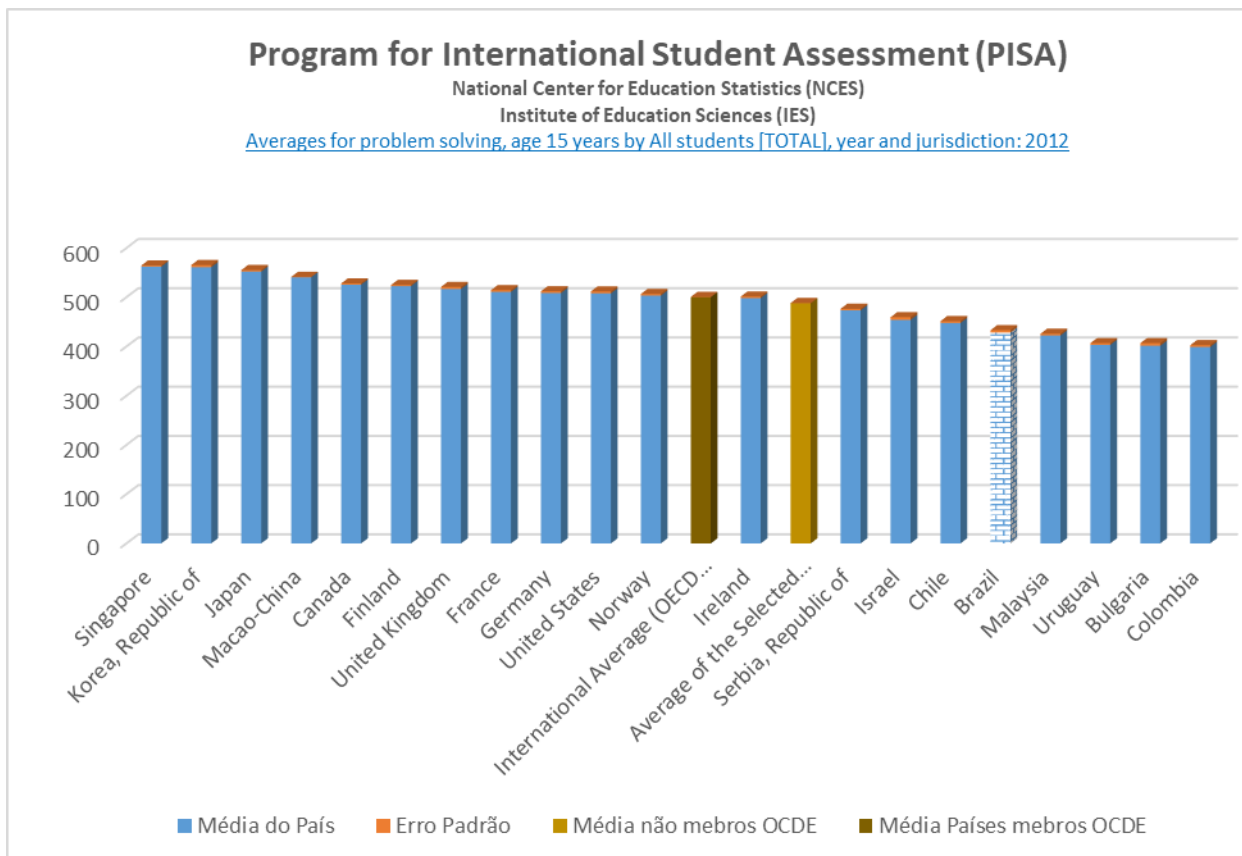


Figura 7 – Médias PISA 2012 para resolução de problemas - Países membros e não membros da OCDE.

(Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados contidos em <http://www.oecd.org/pisa/data/>, acesso em 16/11/2016)

No gráfico da figura 7 é possível verificar que a Finlândia, o Canadá e a Coreia do Sul obtiveram desempenho acima dos países membros da OCDE no PISA de 2012, enquanto o Brasil ficou com um dos últimos lugares, abaixo até mesmo da média dos países não membros da OCDE. O Chile, apesar de também ter obtido desempenho abaixo da média, foi o melhor colocado da América Latina.

Para efeitos deste estudo, algumas características políticas e demográficas da Finlândia devem ser levadas em consideração como a população de apenas 5,4 milhões de habitantes e o território total de 338 mil quilômetros quadrados, área e população muito próximas a apenas o estado do Maranhão, no Brasil, com aproximadamente 332 mil Km² e população de 6,9 milhões. Logo, deve ser levada em consideração a diferença de se aplicar mudanças estruturais na educação em um país de dimensões e população do tamanho de apenas um estado do nordeste brasileiro, em comparação com o Brasil de dimensões e população continentais (8,5 milhões de km² e 206 milhões de habitantes (IBGE, 2016). Além do que, fatores históricos sociais como colonização, reforma agrária, escravidão, ditaduras militares e outras características político-culturais da população tiveram caráter completamente discrepantes na comparação entre Brasil e Finlândia.

Dito isto, vamos aos fatos.

As reformas finlandesas na educação, que tiveram início na década de 1960, garantiram ao longo de quatro décadas uma reestruturação no sistema de ensino que acabou por garantir qualidade e acesso ao ensino público para a maioria da população. A introdução da escolarização básica, de caráter público, universal e compulsória, em 1968, mudou de 6 para 9 anos de duração, para todos, dos sete aos dezesseis anos de idade, e extinguiu as barreiras de acesso ao ensino pós ciclo básico, ou seja, para a universidade. Esta reforma demorou aproximadamente dez anos para atingir a totalidade dos municípios do país e teve amplo apoio político por parte do parlamento, amplo apoio dos comitês de educadores e das organizações da sociedade civil. Hoje, 97% dos estudantes finlandeses frequentam escolas públicas (BRITO, 2013).

Algumas peças-chave da unificação do ensino fundamental na Finlândia estão ligadas à autonomia dada às escolas na formação do currículo de seus estudantes (porém, sempre respeitando a distribuição de carga horária estabelecida nacionalmente), a assistência médica e odontológica sem comprovação de carência, orientação educacional, acompanhamento psicológico e previsão de transporte escolar e, principalmente, à alta qualificação docente, com a exigência do título de mestre para futuros professores do ensino fundamental e médio, além de manter um docente polivalente nos anos iniciais até a 6ª série acompanhando os alunos. Só a partir da 7ª série é que as classes se dividem entre professores especializados nas diferentes disciplinas. Para professores em exercício, durante o período de implementação da reforma, a Finlândia desenvolveu um programa compulsório e intensivo para todos os municípios do país, fazendo com que a atividade docente passasse a ser significativamente mais valorizada e disputada a partir dos anos 1970 [29]. Estas formações possuem forte componente prático, com cursos extensos sobre didática e prática, além de exigir dos aspirantes à carreira docente no mínimo um ano de estágio nas escolas municipais, aproximando cada vez mais o professor da realidade do ensino em sua região e incentivando o engajamento do mesmo com a melhoria constante do sistema educacional, contribuindo para o permanente desenvolvimento da educação em seu país.

Os rigorosos processos seletivos para o ingresso na formação docente demonstram a preocupação do país escandinavo com a qualidade do ensino, elevando este processo a uma taxa de dez candidatos por vaga em média, o que resulta que o magistério acaba recrutando os estudantes mais destacados do ensino médio, apesar de os salários docentes situarem-se um pouco abaixo da média da OCDE. A Finlândia consegue manter as excelentes taxas no ensino mesmo com seus estudantes ficando menos tempo na escola e seu corpo docente ministrar menos horas-aula do que na maioria dos países bem colocados no PISA (BRITO, 2013).

O ensino médio também passou por reformas importantes. Na década de 1980, os estudantes passaram a ter plena autonomia para desenvolverem seus currículos e optarem por disciplinas dentro de uma modulação que vai além da concepção de séries anuais. Ao final do ciclo médio os estudantes passam por um exame (Exame Nacional da Matrícula), com questões discursivas entre quatro campos do saber (língua nacional, podendo optar por sueco ou finlandês, línguas estrangeiras, matemática e estudos gerais, incluindo ciências naturais e sociais), que serve

principalmente para a admissão no ensino superior. Importante ressaltar que a presença nunca foi obrigatória no ensino médio na Finlândia. Nos últimos anos o ciclo médio passou por uma nova reforma que permite ao estudante escolher a modalidade profissional vinculada às instituições superiores politécnicas, onde hoje mais de 40% dos alunos do ensino médio inscritos, além do ensino tradicional. As universidades também passaram a ter mais autonomia nos últimos anos, e, embora financiadas por recursos públicos foram incentivadas a trabalhar maneiras de obtenção de recursos fora do âmbito da União. Discute-se inclusive a cobrança de taxas apesar do ensino superior permanecer quase que integralmente gratuito (BRITO, 2013).

Britto (2013), do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado do Brasil, destaca em seu texto sobre a educação de alto desempenho na Finlândia:

“Em suma, as estratégias de recrutamento, a formação inicial e o prestígio social parecem ser os elementos-chave da valorização docente na Finlândia, até mais do que o salário. E o fator humano, consubstanciado na qualidade dos professores, é o principal determinante identificado pelos especialistas para os bons resultados de aprendizagem dos alunos finlandeses”.

A autonomia e a equidade parecem ser os principais fatores que levaram a Finlândia ao topo da educação. Autonomia aos docentes, aos alunos, as escolas e seus diretores e aos municípios. A descentralização da gestão foi um dos princípios adotados pelas reformas dos anos 1970 e acabou levando ao fim medidas rotineiras de inspeção escolar pelo governo federal. As escolas decidem como gastar melhor seus recursos e sobre como e o quê ensinar, quais livros utilizar e etc. Isso aumenta a participação de toda a comunidade, dá voz a todos, que passam a se sentir parte de todo o processo de construção do ensino de qualidade, além de economizar recursos financeiros do estado. Há pouquíssima ênfase a testes e avaliações padronizadas de múltipla escolha, fugindo do perverso fato de tornar todo o sistema de ensino voltado a preparação dos alunos para os vestibulares como em grande parte dos países membros e não membros da OCDE, permitindo uma abordagem muito mais ampla, que favoreça a criatividade, a autonomia e a independência, além de reduzir drasticamente os gastos do governo com elaboração, aplicação e correção. Sempre é importante destacar que, toda esta abordagem e desenvolvimento não seriam possíveis sem a equidade entre qualidade a acesso.

Com as economias oriundas das reformas no ensino, foi possível à Finlândia, entre outros fatores, dobrar seu investimento em Tecnologia e inovação de 1980 a

2000, passando de 1,7% para 3,4% do PIB. Sobre a pesquisa, tecnologia e inovação, Britto (2013), novamente destaca:

“O país estabeleceu mecanismos efetivos de cooperação entre as instituições de ensino superior – universitárias e politécnicas – e a indústria, desenvolvidos a partir de um pioneiro sistema nacional de inovação. Nesse sistema, concorrem vários atores relevantes, que fomentam a pesquisa básica (Academia da Finlândia) e aplicada (Tekes), articulam a pesquisa interdisciplinar em centros de excelência e redes de pesquisadores, incentivam o empreendedorismo e apoiam a internacionalização das empresas finlandesas. O foco atual do sistema de P&D&I na Finlândia reside, justamente, na internacionalização, não só por meio da presença das empresas e produtos nacionais em outros mercados, mas também da mobilidade acadêmica, do desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e da criação de redes internacionais de inovação tecnológica”.

Em resumo, as reformas educacionais levaram décadas para serem aplicadas e contaram com ampla participação de todos os setores da sociedade, sempre fugindo da padronização e dos modelos ortodoxos de ensino, gerando autonomia e inovação. Certamente as realidades diferenciadas em várias aspectos entre o Brasil e a Finlândia, não tornam possíveis a comparação direta entre os sistemas de ensino, mas com certeza permite o entendimento que mudanças estruturais que favoreçam o desenvolvimento não são feitas da noite para o dia e exigem principalmente a participação de todos os setores da sociedade, buscando sempre equiparar a qualidade com o acesso, evitando assim, a perpetuação da desigualdade social.

A Coréia do Sul

A Coréia do Sul, assim como ao Finlândia, vem se destacando cada vez mais no PISA e outros índices educacionais como o acesso ao ensino superior, o que mostra que, apesar da trajetória política do país asiático ser semelhante a do Brasil desde o pós segunda grande guerra, onde os dois países passaram por uma grande transição da população rural para a urbana-industrial, substituição do foco em importação para exportação e passagem por regimes ditatoriais para democracias, o regime coreano obteve larga vantagem no desenvolvimento de programas educacionais em relação ao Brasil, o que pode servir como estudo de caso para perspectivas de melhorias em relação à qualidade, financiamento e acesso, apesar de, novamente, não existirem modelos prontos a serem seguidos por conta da diferenças culturais, populacionais e territoriais entre os dois países ^[34].

O gasto público com educação em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) para a Coréia e para o Brasil foi o mesmo de 4,2% no ano de 2002. De lá para cá o Brasil aumentou gradativamente o investimento para chegar a 5,5% em 2013, como destacado na figura 14, enquanto que a Coréia investiu aproximadamente os mesmos 4,2% também em 2013 (JUNIOR, 2007). Como explicar então a diferença entre o desempenho dos alunos no último PISA e todo o desenvolvimento a que a Coreia foi submetido em detrimento do Brasil?

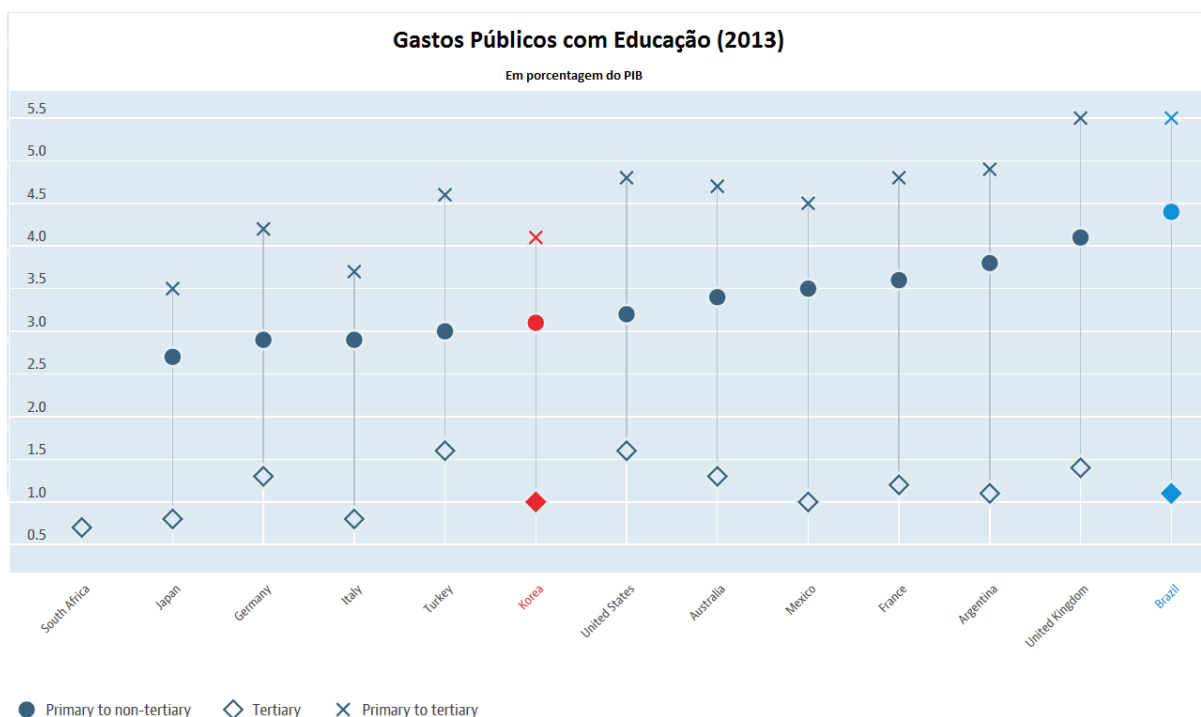


Figura 8 - Porcentagem do PIB destinada a educação por instituição

(Fonte: Dados público da OCDE, disponível em <https://data.oecd.org/eduresource/public-spending-on-education.htm>, acesso em 20/11/2016.)

Um dos motivos pode ser explicado pelo gráfico da figura 8, que mostra o gasto por aluno para alguns países membros e não membros da OCDE. Enquanto que nos ensinos primário e secundário, a Coréia do Sul investe cerca \$9.000,00 anuais em cada aluno, no Brasil este valor não chega a \$4.000,00. Aí percebe-se a influência que as variáveis complexas que compõem uma nação como densidade populacional e outros fatores já citados, influenciam na tomada de decisões para os sistemas educacionais e outros, refutando a teoria de se adotarem modelos prontos e ortodoxos para o desenvolvimento da educação.

Há que se destacar também, os enormes investimentos privados que os coreanos fazem na educação, que são muitas vezes superiores aos gastos públicos. Em 1994 por exemplo, os gastos totais com educação chegaram a 11,8% do PIB, sendo 5,75% investidos em educação pública (3,72% por parte do governo e 2,03% pela iniciativa privada) e 6,02% investidos pelas famílias em aulas particulares e cursos pré-vestibulares para admissão em universidades, o que mostra que é gasto mais com a educação fora da escola do que com as instituições formais de ensino, denotando o enorme grau de competição a que os estudantes estão submetidos para acesso ao ensino superior. No Brasil, faltam dados sobre o investimento privado e das famílias em educação (JUNIOR, 2007).

Outro fator que ajuda a explicar a diferença da educação nos dois países é o direcionamento para a qualidade e universalização do ensino fundamental por parte da Coreia, antes de se investir forte no ensino superior. O Brasil e os países latino-americanos fizeram o contrário, investindo fortemente no ensino superior a maior parcela do dinheiro destinado a educação, o que favorece a desigualdade, uma vez que aqueles que podem pagar por um ensino fundamental e médio de qualidade tem mais chances de entrar no ensino superior público.

Junior (2007) destaca:

*“No caso da Coreia do Sul, houve uma clara priorização do ensino fundamental desde a década de 70. Na década de 90, quando a maioria dos países em desenvolvimento, como o Brasil, começava a se preocupar com a universalização do ensino, a Coreia do Sul já apresentava taxas de alfabetização de 100% da população. O governo coreano, neste sentido, preocupou-se com a **universalização de um ensino fundamental de qualidade, determinando que o crescimento econômico não fosse absorvido apenas pela elite.** Esta política, aliada a outros fatores como a reforma agrária, garantiram o desenvolvimento do país simultaneamente à redução da desigualdade, diferentemente do que ocorreu na América Latina”.*

O desenvolvimento destas políticas, levaram a Coreia a chegar no índice de 82,1% dos estudantes do ensino médio que seguiam para o ensino superior em 2005 em relação aos 32,3% de 1965¹.

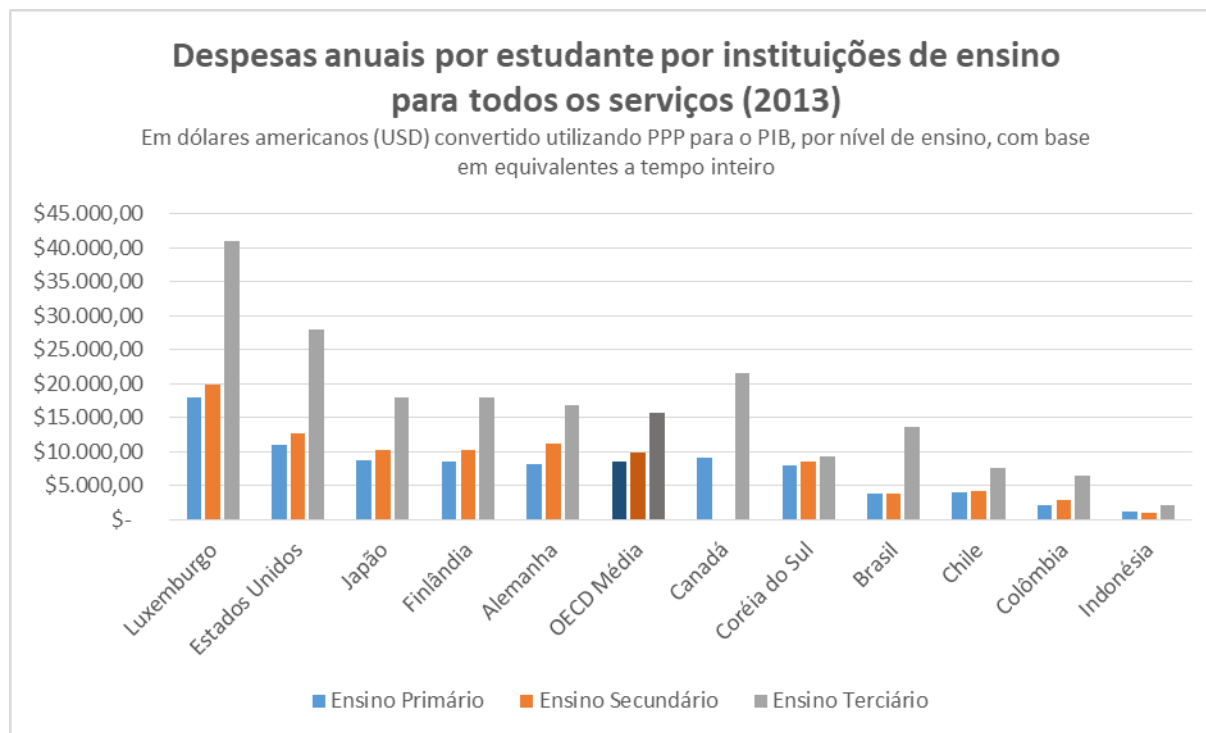


Figura 9 - Gastos públicos com estudantes por instituição

(Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados contidos em “Education at a Glance 2016: OECD Indicators” página 192, disponível para download em <http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm> , acessado em 19/11/2016)

Outro fator decisivo para a universalização ao acesso na Coreia foi a abolição dos exames de admissão utilizados pelo governo para admissão ao ensino secundário e médio. A taxa de alunos que ao sair do ensino primário ingressava no nível seguinte pulou de 54,3% em 1965 para 77,2% em 1985 chegando a 99,2% em 2007 ^[34]. As medidas adotadas, porém, apesar de facilitarem o acesso ao ensino, junto à preocupação do governo em fazer com que as vagas fossem preenchidas de maneira justa e eficiente acabaram dando origem a teste anuais que determinam a entrada dos alunos nos níveis seguintes de ensino, imprimindo à educação coreana uma característica competitiva, hierarquizada e conteudista, muito ligada a conceitos morais intrínsecos à sociedade coreana, deixando a qualidade do sistema em cheque, de forma contrária a que foi feita na Finlândia. Na literatura, temos uma vasta abordagem de elogios ao sistema de ensino coreano e o mesmo tanto de críticas.

De maneira sucinta, então, Junior e Simielli (2007) fazem uma última reflexão em relação a respeito da trajetória da Coreia do Sul em relação ao Brasil:

“É preciso salientar, ainda, que apesar das semelhanças nas trajetórias dos dois países, muitas diferenças podem ser observadas no tocante ao modelo de desenvolvimento escolhido.

Neste sentido, o governo sul-coreano foi um ator fundamental para que desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e acúmulo do recurso conhecimento caminhassem juntos. Em primeiro lugar, reformas que garantiram uma melhor distribuição da renda, como a reforma agrária, foram implementadas logo no início do processo reformista o que, aliado ao acesso ao ensino fundamental, garantiu a redução das desigualdades e um contexto de maiores oportunidades a todos. O foco na política exportadora e no desenvolvimento tecnológico, intensivos na absolvição de em mão-de-obra capacitada, incorporaram trabalhadores que investiram em sua escolarização”.

Já no Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, hoje no Brasil, o ensino está dividido em educação básica e ensino superior. A educação básica engloba a educação infantil, o ensino fundamental (obrigatório e com nove anos de duração) e o ensino médio (BRASIL, 2015).

Desde os primeiros passos da educação no Brasil, a população de baixa renda sofre com a elitização do ensino (como pode ser conferido nos capítulos anteriores na história da educação), que segundo a constituição de 1988, é direito fundamental e dever do Estado e da família, porém, a mercantilização a qual o sistema de ensino brasileiro está inserido, que subordina ao capital financeiro a oferta de vagas no ensino superior através de empresas transacionais, drenando recursos públicos, coloca em risco a devida efetivação deste direito básico e afasta o país da concepção de uma educação pública, de qualidade, com participação da sociedade e gestão democrática. O Relatório da Rede Social de justiça e Direitos Humanos de 2015 (BRASIL, 2015) destaca:

“[...] a privatização crescente do setor tende a acirrar desigualdades e a restringir a disponibilidade, o acesso, a adaptabilidade e a aceitabilidade da educação, aumentando a exclusão daqueles em situação de maior vulnerabilidade social: populações mais pobres, crianças e adolescentes do campo, quilombolas, indígenas, jovens e adultos com baixa escolaridade e pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais.”

A tabela 3, que mostra a participação dos setores público e privado nas matrículas de educação básica, quando comparada com a figura 5, demonstra a relação inversamente proporcional existente entre a educação básica pública e o ensino superior público.

Tabela 3 - Participação dos setores público e privado no número de matrículas na educação básica do Brasil

	2007	2009	2011	2013
N. de matrículas públicas (%)	46.643.406 (87,9%)	45.270.710 (86%)	43.053.942 (84,4%)	41.432.416 (82,8%)
N. de matrículas privadas (%)	6.385.522 (2,4%)	7.309.742 (13,90%)	7.918.677 (15,5%)	8.610.032 (17,2%)
Número total de matrículas	53.028.928	52.580.452	50.972.619	50.042.448

(Fonte: Extraído de “Direitos Humanos no Brasil 2015 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos” [36], pág. 199)

Enquanto que, com os últimos dados de 2013, 82,8% das matrículas na educação básica no Brasil pertencem às escolas públicas, apenas 26% das matrículas no ensino superior são em instituições públicas federais, estaduais ou municipais, ficando a maioria (74%) sujeita às universidades particulares. Esse fato demonstra que a qualidade da educação básica está muito aquém da qualidade do ensino superior público, além de demonstrar também que o número de vagas no ensino superior público está muito longe de ser suficiente para absorver os estudantes que completam o ensino médio público, fazendo com que a desigualdade social seja mantida e perpetuada, uma vez que as instituições de educação básica particulares, preparam melhor os estudantes, que ficarão com a maioria das vagas das universidades públicas, fazendo com que aqueles que não puderam pagar uma educação básica de qualidade, agora tenham que trabalhar e pagar para cursar o ensino superior, o que nos faz perceber então o longo caminho que o Brasil precisa percorrer para equiparar qualidade e acesso na educação de todos os níveis (BRASIL, 2015).

“Na educação obrigatória, comumente, as escolas privadas podem ser compreendidas como meios de discriminação estrutural na realização do direito à educação, já que as altas mensalidades cobradas funcionam como um forte mecanismo de seletividade social, que fortalece e reproduz as profundas desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais do Brasil. Na prática, a frequência às escolas é requisito para acessar os principais postos de trabalho e posições sociais no Brasil e está na base de reprodução de nossas gravíssimas desigualdades socioeconômicas”.

Outros fatores relacionados à valorização do corpo docente podem ser destacados para fins de avaliação da qualidade na educação básica que, como supracitado, engloba o ensino infantil, o fundamental e o médio. No Brasil, em comparação com diversos outros países membros e não membros da OCDE, o corpo

docente trabalha mais que a média de todos os outros com exceção do Chile, que como vemos neste trabalho, passou a valorizar seus professores e professoras através de programas diversos feitos pelo governo.

Apesar de os professoras e professores em nosso país trabalharem mais do que a esmagadora maioria dos países avaliados, podemos perceber que o Brasil está entre os países que remuneram menos seu corpo docente quando comparado com o restante de países da OCDE. Enquanto que no Brasil, professores e professoras do ensino primário ganhavam \$10.375,00 anuais em 2012, no Chile essa cifra chegava a \$17.770,00, no México esse valor era de \$15.556,00, subindo para \$28.591,00 na Coreia do Sul, \$32.148,00 na Finlândia e \$50.007,00 na Alemanha. Ou seja, no Brasil, o corpo docente trabalha mais e recebe menos.

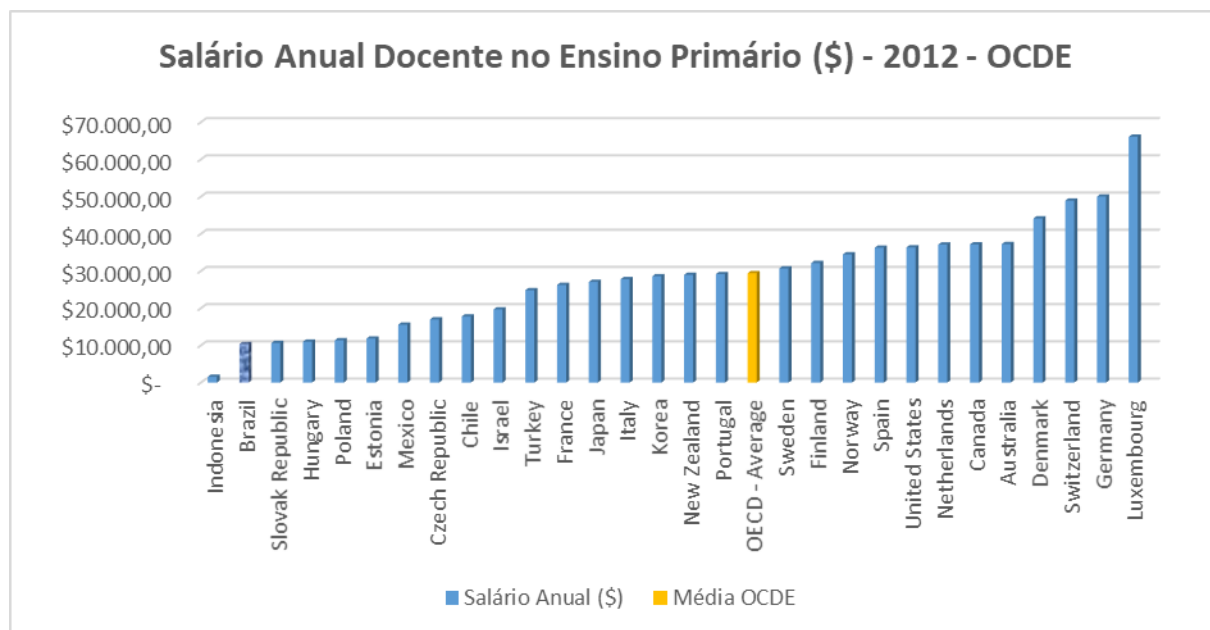


Figura 10 - Média Salarial Docente Anual em Dólares Americanos

(FONTE: Elaborado pelo autor através dos dados da OCDE 2012, disponível em: <https://data.oecd.org/eduresource/teachers-salaries.htm#indicator-chart> , acessado em 21/11/2016)

Apesar dos indicadores nada animadores vistos acima, o país vem tomando medidas importantes para a popularização do acesso ao ensino superior e para a melhoria contínua dos indicadores educacionais da educação básica. Uma delas é o Plano Nacional de Educação, importante conquista da sociedade brasileira que prevê alcançar até 2024 o equivalente a 10% do PIB para a educação, como destaca o Relatório de Direitos Humanos do Brasil:

“O Plano Nacional de Educação é um documento com força de lei, com diretrizes e metas para políticas públicas de educação, para o período de 2014 a 2024. As propostas originais saíram dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, com o intuito de ser um mecanismo de planejamento de uma política de Estado, que supere a **fragmentação dos sucessivos governos**. Em 15 de dezembro de 2010, o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação foi enviado ao Congresso pelo governo federal, onde passou por diversas alterações até sua aprovação, em junho de 2014.”

Para a plena efetivação das medidas que ajudarão a garantir o cumprimento da meta até 2024, será necessário, a superação das bruscas rupturas de políticas públicas na mudança de governos e a disputa dos investimentos em educação entre os setores público e privado, pois o PNE prevê também a destinação de recursos a este setor. Em relação ao governo federal o repasse a iniciativa privada de recursos da educação é feita basicamente pelo ProUni (Programa Universidade Para Todos), que subsidia até 100% do custo dos estudos no ensino superior em universidades privadas e pelo Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) que permite ao estudante o financiamento dos custos do ensino superior particular, sendo ambos os programas destinados ao público de baixa renda. Estes programas porém, apesar de auxiliarem o ingresso no ensino superior para estudantes em vulnerabilidade social e melhorarem os indicadores sociais do país, gera muita discussão pois parte do pressuposto da destinação do orçamento público direto para a iniciativa privada (BRASIL, 2015).

Outras metas importantes do PNE são, universalizar até 2016 a educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, assim como ampliar a oferta de vagas em creches, atingindo 50% das crianças de até 3 anos até 2024, e o REUNI, programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do país que tem como meta dobrar o número de alunos matriculados em cursos de graduação em dez anos, partindo do ano de 2008 (BRASIL, 2015).

Percebe-se então que medidas estão sendo implementadas para elevar o nível de acesso e popularizar o ensino superior no Brasil, porém sem medidas efetivas de aprimoramento profissional e valorização do corpo docente além de incentivo às carreiras de licenciatura e pedagogia, assim como programas que vislumbrem a melhoria contínua da qualidade da educação básica oferecida nos estados e municípios espalhados pelo Brasil.

O avanço das tecnologias e inovações na educação no Brasil

Nesta parte serão descritos e detalhadas algumas iniciativas e inovações na educação que ajudam a melhorar os índices de escolaridade e acesso à educação superior no Brasil, principalmente sobre as perspectivas para a educação do futuro. Como o profissional deste século se diferencia do século passado, quais as principais características que a dinamicidade do mercado exige hoje desses profissionais? Será discutido também a forma como as escolas poderão funcionar num futuro próximo, algumas perspectivas inovadoras no ensino.

Como se pode observar na Noc Educação, empresa fundada em 2013 através da iniciativa de um grupo de alunos da Universidade Federal do ABC, no município de Santo André - SP, busca, pela transformação das pessoas através da educação, modificar os patamares de desigualdade educacional e de concentração de oportunidades existentes no sistema de ensino brasileiro uma vez que procura formar estudantes críticos, desenvolvendo valores como a diversidade, protagonismo, interdisciplinaridade e inclusão social em todos os seus cursos (NOC, 2015).

Primeira colocada na Categoria de Negócios de Impacto Social do XX Concurso de Aceleração de Startup da Fiesp - Ciesp de novembro de 2016 entre 5700 empresas inscritas^[16], a Noc utiliza um modelo diferenciado e inovador de ensino, uma vez que possui um curso “pré-vestibular” completamente fora do tradicional, onde os alunos não tem aula todos os dias, estudam utilizando o celular, tablet ou computador através de uma plataforma de ensino adaptativa, possuem diversas atividades extraclasse como visitas à universidades renomadas, práticas de relaxamento, yoga e respiração, grade de disciplinas interdisciplinar dividida em quatro grandes eixos (Matemática, Humanidades, Ciências Naturais e Língua Portuguesa), além de terem direito a um acompanhamento individual neuropsicopedagógico para direcionar melhor seus estudos e identificar possíveis desvios e dificuldades de aprendizado.

Através de parcerias com empresas, ONG's, Oscip's e até com pessoas físicas, a Noc Educação busca levar seu curso inovador, com aproximadamente 75% de taxa de sucesso (a taxa de sucesso corresponde a vagas no ensino superior público, vagas nos programas de financiamento estudantil ProUni e Fies e diplomas de conclusão do ensino médio, conseguidos através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), para as periferias dos municípios com menos oportunidades espalhados pelo Brasil. Hoje, a Noc já desenvolve seus projetos na cidade de Santo

André e São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo e na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão e já impactou diretamente mais de mil e quinhentos estudantes.

Universidade Cidadã

O projeto Universidade Cidadã (noceducacao.com/universidade-cidadã) saiu do papel em 2016 através de uma parceria entre a Noc e o Instituto ACQUA, e foi implementado na comunidade do “Tamarutaca” na cidade de Santo André e nas comunidades Anjo da Guarda e Cohab III na cidade de São Luís, municípios mais violentos do Brasil (ACQUA, 2016).

O projeto tem como foco a preparação de jovens de escola pública em idade de vestibular e estudantes que já pararam de estudar há certo tempo, oferecendo vagas no curso pré-vestibular totalmente gratuito e que conta com material especializado, acesso a plataforma de estudos adaptativa, e todos os outros benefícios supracitados sobre o curso da Noc Educação. As vagas neste projeto são de prioridade de mães chefes de família e mulheres em geral, visando também o combate à desigualdade homem *versus* mulher, onde a mulher tende a exercer o papel de dona de casa e criando dificuldades de acesso à educação para elas nos bairros mais pobres de periferia.

Como é possível perceber, a Noc Educação vem com uma proposta diferenciada de ensino, visando a construção do conhecimento na troca de informações entre professor e aluno, fazendo com que estes sejam donos de sua própria transformação e percebam-se como agentes de mudança que por sua vez ajudarão outras pessoas a construírem seu próprio conhecimento através do protagonismo, da diversidade, da interdisciplinaridade e da inclusão social.

A Noc possui outros projetos como a “Reinserção Social” que busca ministrar cursos preparatórios e profissionalizantes para a população encarcerada visando a readaptação à sociedade. A frequência e as boas notas nestes cursos serviriam como benefícios que podem variar entre diminuição de pena e até a vaga de trabalho em alguma empresa conveniada à parceria que a Noc busca criar. Com os dados de 2014 do Relatório de Direitos Humanos do Brasil é possível visualizar que em média 56% da população encarcerada tem entre 18 e 29 anos sendo que em alguns estados esse

número chega a mais de 60%, idade em que se espera que o jovem esteja na universidade ou oriundo dela. Este projeto porém, ainda está sendo modelado em seus mínimos detalhes para sua futura aplicação.

Para mais informações sobre os projetos e os avanços da Noc Educação acesse www.noceducacao.com ou www.facebook.com/noceducacao.

Para tanto, a Noc faz uso da Geekie, uma plataforma online de ensino adaptativo que já impactou mais de 3 milhões de pessoas utilizando a tecnologia e inovação a favor da educação. Através de videoaulas curtas e didáticas sobre todo o conteúdo do ensino médio, exercícios dinâmicos e simulados a Geekie criou um sistema robusto de avaliação que permite ao coordenador de determinada disciplina identificar em qual parte da matéria os estudantes apresentam maior dificuldade, o qual o nível de dominação de determinado conteúdo, e, dessa maneira, permite aos gestores das escolas aplicarem medidas para sanar as dificuldades individuais de algum aluno ou de uma sala inteira. Além disso, a Geekie permite uma comparação nacional da pontuação de uma escola em relação a todas as outras do país, permitindo também aos diretores e diretoras saberem em que nível a escola se encontra se comparada com as demais instituições de ensino de seu bairro, cidade, estado ou do país (GEEKIE, 2015).



Figura 6 - Tela de visualização de eficiência da Geekie

(Fonte: disponível em <http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/imagens-do-dia/2014/02/21/veja-cinco-jogos-brasileiros-para-testar-seus-conhecimentos.htm#fotoNav=2>, acessado em 23/11/2016)

Em 2014, todos os alunos da educação básica da rede pública do Brasil passaram a ter acesso a esta plataforma através de uma parceria entre a Geekie e o MEC, com a intenção de melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais como o ENEM e a Prova Brasil e nos internacionais como o PISA, assim como auxiliar o aprendizado e os conteúdos do currículo regular. A reportagem do canal G1 da emissora Globo de televisão (2016), destaca:

“A justificativa para a criação de uma plataforma com simulados do Pisa, segundo ele, é o fato de que a próxima edição do exame, em 2015, será totalmente informatizada. No Brasil, a prova, com questões que avaliam habilidades de leitura, matemática e ciências, foi aplicada nas últimas duas edições a cerca de 20 mil estudantes. Já a Prova Brasil, que compõe o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), é aplicada de forma censitária a alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, e de forma amostral nos estudantes do 3º ano do ensino médio. Até 2011, a prova continha apenas questões de português e matemática, mas a proposta do MEC é avaliar também os conhecimentos de ciências.”

Segundo a própria Geekie, as pesquisas mostram que aproximadamente 70% dos pontos fracos dos estudantes que fizeram o treinamento constante e recomendado foram superados e os alunos com nota mais baixa na avaliação inicial tiveram um aumento de nota três vezes maior que a média. A matéria do G1 também destaca:

“Apresentado em formato de competição, o site motiva os estudantes a manter o foco nos estudos para aumentar o número de pontos no ranking. Nos dois anos de funcionamento do desafio em 2013, o site acumulou 2 milhões de usuários, segundo os dados divulgados no evento, que também lançou a edição de 2014 da plataforma.”

Conclusão

Após a análise criteriosa do texto, dos indicadores presentes nos gráficos e tabelas, na história da educação do Brasil, das experiências com lições positivas da análise das políticas públicas de sucesso de diversos países espalhados pelo mundo, é fato que para que um país cresça com sustentabilidade social é necessário o desenvolvimento das políticas educacionais, universalizando o acesso em mutualismo com a qualidade, incentivando o espírito crítico e participativo dos estudantes em todos os níveis da educação, fazendo com que a diversidade, o protagonismo, a inclusão social e a interdisciplinaridade sejam os pilares fundamentais de uma educação inovadora que garanta para as próximas gerações um país com menos desigualdades e de portas abertas para o pleno desenvolvimento científico, humano e sustentável.

Os investimentos em educação pública devem ser priorizados em detrimento da privada, para que o país não fique refém das instituições internacionais que visam mais ao crescimento de suas instituições do que o do Brasil de fato, dificultando o desenvolvimento de autonomia e participação dos estudantes, do corpo docente e da sociedade na construção de uma escola pública universal, de qualidade e gratuita.

É importante desde cedo que se incentive os jovens a participar da vida política do meio em que vivem, das discussões do bairro, dos sindicatos, dos grêmios estudantis, dos grupos políticos das universidades para que o país tenha nos próximos anos uma geração crítica e participativa, consciente de seus direitos e deveres para com a sociedade.

A valorização do professor, através da melhoria de rendimentos, avaliações e treinamentos que beneficiem a qualidade e incentivem a carreira docente, propiciando a melhoria contínua de suas aptidões pedagógicas e por consequência a qualidade da construção do aprendizado com os alunos, também é pedra fundamental do desenvolvimento da educação no Brasil.

Quem sabe um dia, seja possível orientar outros estudantes que farão trabalhos onde o Brasil, a América Latina, países da África e outros países em desenvolvimento estarão no topo dos índices educacionais ao lado da maioria, quiçá, de todos os países do mundo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Prestação de Contas ordinária Anual. Relatório de gestão Consolidado – Exercício 2014. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Educação Para Todos No Brasil 2000 – 2015 – Versão Preliminar. Brasília: MEC, 2014.

BRITTO, Tatiana F. 'O que é que a Finlândia tem?' Notas sobre um sistema educacional de alto desempenho. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Textos para discussão 129 – 2013. ISSN 1983-0645.

Dados sobre a população brasileira, disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> , acesso em 19/11/2016.

Direitos Humanos no Brasil 2015 - Relatório da rede Social de Justiça e Direitos Humanos, disponível em <http://www.social.org.br/Relatorio2015.pdf>, acesso em 20/11/2016

GIL, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

IBGE. Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Contas Nacionais, 2015. Disponível em <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita>> Acesso em 15 ago. 2015.

IBGE. Censo da Educação Superior 2013. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em www.inep.gov.br/educacao_superior Acesso em 15 ago. 2015.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf . Acesso em: Ago. 2015.

JUNIOR, Oswaldo G; SIMIELLI, Lara E. R. Políticas Públicas em Educação: Lições do Caso Sul-Coreano. XXXI Encontro da ANPAS, Rio de Janeiro/RJ – 22 a 26 de setembro de 2007 Porcentagem do PIB destinada a educação de países da OECD, disponível em: <https://data.oecd.org/eduresource/public-spending-on-education.htm> , acesso em 19/11/2016.

Reportagem G1 – Rede Globo, disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/12/mec-vai-oferecer-plataforma-de-treino-para-o-enem-alunos-da-rede-publica.html>, acessado em 23/11/2016

Site Oficial Noc Educação® : < <https://noceducacao.com/>> Acesso em: Ago. 2015

Site Oficial Geekie®:< <http://www.geekie.com.br/>> Acesso em: Ago. 2015

Site oficial Ministério da Educação, disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=19253:orcamento-da-educacao-cresceu-2057-em-uma-decada-afirma-ministro>. Acesso em 27/09/2016.

Site oficial da OCDE – dados sobre o salário dos professores, disponível em

<https://data.oecd.org/eduresource/teachers-salaries.htm#indicator-chart> acessado em 22/11/2016

Site oficial do Instituto Acqua: www.institutoacqua.org.br, acessado em 23/11/2016